

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.192 - SP (2018/0209747-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **CONDOMINIO EDIFICIO WALTER PUTZ**  
**ADVOGADO** : **EDUARDO TORRES CEBALLOS E OUTRO(S) - SP105097**  
**AGRAVADO** : **RIVKA BAJGELMAN**  
**ADVOGADO** : **CARLOS EDUARDO BEKERMANN - SP216017**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO WALTER PUTZ, com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que o agravante ingressou com ação de cobrança (e-STJ, fls. 1-3), tendo o Juízo de primeiro grau julgado procedente o pedido (e-STJ, fls. 121-134).

Interposto recurso de apelação pela ora agravada, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, dar-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 192):

Apelação. Ação de cobrança. Pleito para pagamento de multas por infração ao regulamento interno do condomínio e cota condominial de novembro de 2013. Sentença condenatória. Comprovação do pagamento da cota condominial de novembro de 2013. Ausência de prévia notificação quanto à aplicação das multas comprometendo o contraditório e a ampla defesa. Multas fixadas em desatenção ao quanto previsto no artigo 1337 do Código Civil.  
RECURSO PROVIDO

Apresentados embargos de declaração pelo ora agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 204-209).

Nas razões do recurso especial, fundado no art. 105, III, c, da Constituição Federal, o recorrente alegou a existência de dissídio jurisprudencial, afirmando que o

Tribunal local deu interpretação diversa aos arts. 1.336, § 2º, e 1.337 do CC (e-STJ, fls. 211-216).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 222-229).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial por ausência de demonstração da divergência jurisprudencial (e-STJ, fls. 230-231).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 233-240 (e-STJ), e não apresentada contraminuta, conforme certificado à fl. 242 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

A parte recorrente sustentou a existência de dissídio jurisprudencial, contudo, não há que falar em conhecimento do apelo especial pela alínea *c* do art. 105 da CF. Isso porque a parte insurgente não efetivou o devido cotejo analítico nos termos regimentais, limitando-se a transcrever a ementa do acórdão tido por paradigma, sem demonstrar a similitude fática com o caso em tela.

Prudente consignar que o recurso fundado na alínea *c* do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Assim, "exige-se que o recorrente demonstre, 'analiticamente', que os 'casos são idênticos e mereceram tratamento diverso à luz da mesma regra federal'".

Portanto, para a demonstração da divergência, faz-se necessária a transcrição dos trechos que configuram o dissenso, mencionando as circunstâncias que identificam os casos confrontados (não se mostrando suficiente a mera transcrição de ementas), nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE PRAZO. CONDUTA OMISSIVA E CULPOSA DE ADVOGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Esta Corte possui entendimento no sentido de que a divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 266, § 1º, c/c o artigo 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações (AgRg nos EREsp nº 1.213.614/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, j. 13/4/2016, DJe 18/4/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REDUÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

2. A insurgência contra o valor arbitrado a título de indenização por dano moral esbarra na vedação prevista na referida súmula.

Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a quantia fixada, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos.

3. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e a realização do cotejo analítico entre elas, nos moldes exigidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp n. 1.334.958/AM, Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 9/12/2014, DJe 16/12/2014).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator